

# Gêneses urbanas do colonialismo: síntese de encontros culturais

Rubens Giansella<sup>1</sup>

**RESUMO:** Investigações sobre a gênese das vilas litorâneas de Cananeia, Iguape, São Vicente, Santos, São Sebastião e Ubatuba, no atual estado de São Paulo, evidenciam a significativa contribuição das sociedades indígenas nas ocupações do colonialismo. Presentes alguns séculos antes da chegada dos europeus, elas elegeram essa frente atlântica como *habitat*, estabelecendo em *nichos ecológicos* seus lugares de vivência. Tais escolhas balizaram as futuras instalações. Uma recorrência simboliza o *encontro cultural* entre indígenas e europeus: a articulação do módulo espacial da Matriz com a contiguidade da "rua direita".

**PALAVRAS-CHAVE:** Encontro cultural. Indígenas. Nichos ecológicos. Colonialismo. Gênese urbana.

**ABSTRACT:** Research about the genesis of the coastal towns of Cananea, Iguape, Sao Vicente, Santos, Sao Sebastiao and Ubatuba, in the current state of Sao Paulo, demonstrates the significant contribution of indigenous societies to colonial occupation. These communities were here a few centuries before the Europeans arrived. They chose the Atlantic coast as their habitat, establishing their settlements in particular ecological niches. These choices were used as guidelines for the new colonial towns. A recurring process symbolizes this cultural encounter between indigenous and Europeans: the positioning of the new churches in line with well established indigenous rights of way.

**KEYWORDS:** Cultural encounter. Indigenous. Ecological niches. Colonialism. Urban origins.

## Introdução

No quarto centenário da capital paulista, o antropólogo Egon Schaden informava: "Os colonos lusos que em 1532 vieram a São Vicente em companhia de Martim Afonso de Sousa não encontraram aqui uma terra desabitada"<sup>2</sup>. O trecho, por sua conotação, parece surpreender os leitores com uma realidade

1. Doutorando em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, sob orientação de Beatriz Piccoloto Siqueira Bueno. E-mail: <rubensgiansella@gmail.com>.

2. Cf. Egon Schaden (1954, p. 386); extraído originalmente de um artigo publicado em 25 jan. 1954, no jornal *O Estado de São Paulo*.

3. Sob o título *Paisagens no tempo*: vilas litorâneas paulistas; em 2008, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

4. Os cronistas do século XVI, com os registros de seus olhares, colaboraram com nossas investigações. Além da história do Brasil e do urbanismo, intrínsecos, e das adiante citadas geografia e arqueologia, observamos estudos pertinentes de sociologia, antropologia e de comunicação ambiental.

5. Cf. Peter Burke (2005, p. 155).

obscura de seu passado. De fato, para o repertório comum do nosso conhecimento, a história brasileira tem início com a descoberta de nossas terras pelos portugueses. Alguns índios viviam aqui, sem dúvida, mas nunca mais se ouviu falar deles. Quando muito, foram tratados como coadjuvantes de nossa história. Schaden, no entanto, mais do que alertar sobre a importância dos domínios pregressos, destaca a pluralidade étnica que ocupava áreas do atual estado de São Paulo. Da mesma forma, diversos autores – de cronistas e jesuítas do século XVI chegando a pesquisadores atuais na área das ciências humanas – esmeraram-se em caracterizar os habitantes primitivos dessa região.

Ao iniciarmos nossa pesquisa de Mestrado com o propósito de investigar o universo de imagens, representações e processos históricos que nortearam a urbanização do litoral paulista, especialmente em sua gênese<sup>3</sup>, notamos que, sem a multidisciplinaridade das ciências sociais, não conseguiríamos a aproximação pretendida desse recorte histórico<sup>4</sup>. Entre outras áreas, fontes da geografia humana, diferenciando, por exemplo, *lugares de vivência e espaços físicos*, em sintonia com os *elos afetivos que ligam as pessoas aos seus lugares* – temáticas comunicacionais e ambientais do campo das percepções – contribuíram para valorizarmos os povos indígenas enquanto vertente significativa na formação da sociedade brasileira. Se as produções urbanas são processos sociais, e se os *contatos euro-indígenas* foram tão estreitos nos primórdios da colonização, as representações dos espaços construídos nas localidades e nas suas articulações revelam, necessariamente, a dinâmica interétnica que se desenhou a partir daquele *encontro cultural* quinhentista. Segundo Peter Burke, historiador cultural inglês,

a expressão “encontros culturais” passou a ser usada em substituição à palavra etnocêntrica “descoberta”, especialmente a partir de 1992, com as comemorações dos 500 anos do desembarque de Colombo nas Américas. Ela está associada a novas perspectivas na história, dando atenção tanto à “visão dos vencidos”, como chamou o historiador mexicano Miguel León-Portilla, como à visão dos vencedores<sup>5</sup>.

De fato, a partir dos contatos, nunca mais as sociedades envolvidas, entre dominados e dominadores, foram as mesmas. Novas expressões, todavia, não aniquilam o passado. Ao contrário, enquanto se reestruturam, elas perpetuam os repertórios culturais de suas vertentes. Portanto, nesse cenário, os indígenas não foram apenas coadjuvantes. Houve, na região vicentina (e em toda a Colônia), uma inquestionável interação cultural entre os poucos colonos portugueses e milhares de Tupis (especialmente), sem a qual os ádvenas não sobreviveriam ou não lograriam êxito na fixação de suas primeiras instalações, rurais e urbanas.

A implantação de vilas e cidades no Novo Mundo sempre foi, para a historiografia, resposta da interdependência das Colônias face à expansão mercantilista europeia. Em consequência, os estudos sobre a urbanização fundamentados nos aspectos estruturais e econômicos da Idade Moderna têm essas povoações como produto cultural exclusivo dos grupos dominadores.

Todavia, esses modelos tradicionais de análise podem, pela generalização, macular a percepção e a identificação das especificidades sociais inerentes às suas gêneses, das quais são representações. Muito pouco se investigou sobre as sociedades pré-coloniais que, invariavelmente, ocupavam os mesmos locais onde se estabeleceram os aglomerados. Se pretendermos nos aproximar desse contexto histórico, merecem investigação as evidências de sua contribuição na gestão não só das vilas, mas de toda *rede urbana*<sup>6</sup> do colonialismo. Presentes alguns séculos antes da chegada dos europeus, indígenas de tronco Tupi, predominantes, elegeram a frente atlântica brasileira como *habitat*, estabelecendo em *nichos ecológicos*<sup>7</sup> suas identidades, estreitamente harmonizadas com o meio ambiente. Essas escolhas pregressas balizaram as instalações estrangeiras advindas. Os mesmos sítios, antes ocupados por aldeias (grupos locais) ou acampamentos, foram sequenciados pela arquitetura de raiz ibérica. Em resposta aos novos filtros culturais, houve uma inegável superposição nos espaços construídos. O historiador Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, acena com a constatação:

E é significativo que a colonização portuguesa não se tenha firmado ou prosperado muito fora das regiões antes povoadas pelos indígenas da língua-geral. Estes, dir-se-ia que apenas prepararam terreno para a conquista lusitana. Onde a expansão dos Tupi sofria um hiato, interrompia-se também a colonização branca<sup>8</sup>.

No I Seminário Cananeia tem história, realizado nessa cidade em setembro de 2005, a arqueóloga Maria Cristina Scatamacchia – ao responder à questão “em quais sítios de núcleos urbanos históricos da região foram evidenciados sinais de presença indígena anterior?” – foi enfática: “Em todos!”<sup>9</sup>

A origem das vilas estudadas, antecedente ou não de sua constituição jurídica, corresponde, na maioria das vezes (com particularidades em Cananeia, Iguape, São Vicente e Ubatuba), ao evento que arqueólogos denominam “contato euro-indígena”<sup>10</sup>, ocorrido no século XVI. Dessa forma, podemos associar tal embrião à dinâmica social desencadeada a partir daquele encontro interétnico. Todavia, a sutileza das representações dessa arquitetura urbana incipiente é superada pelo significado de sua inserção ambiental. A partilha dos mesmos sítios, dos mesmos lugares de vivência, dos mesmos atrativos ecológicos vitais à sobrevivência dos europeus que gradativamente foram chegando, selou o destino dos futuros enquadramentos sociais. A arquitetura portuguesa decerto vai instalar-se, notadamente simplória, na capitania vicentina nos primeiros séculos. Mas foram as ocupações pregressas que designaram a sorte da evolução urbana subsequente. Seculares, elas sinalizaram com a sustentabilidade que permitiu a consolidação da sociedade colonial na região.

6. O conceito de rede urbana foi discutido oportunamente pelo Prof. Dr. Nestor Goulart Reis Filho: “Sendo o fato urbano uma decorrência direta do processo de urbanização, seu estudo deve tomar como ponto de partida a rede urbana, que é o conjunto das respostas às solicitações do processo. A significação dos núcleos ou de suas partes só pode ser compreendida quando referida ao contexto mais amplo, que é a rede”; cf. Nestor Goulart Reis Filho (1968, p.78).

7. *Habitat e nicho ecológico* são assim conceituados pelo zoólogo norte-americano Eugene P. Odum: “O termo *habitat* é profusamente utilizado, não apenas em ecologia mas por toda a parte. Geralmente considera-se que significa o lugar onde vive um organismo [...]. Ou uma comunidade completa.”; cf. Eugene P. Odum (2004, p. 376). “O *nicho ecológico*, por outro lado, é um termo com maior âmbito, que inclui não apenas o espaço físico ocupado por um organismo, mas também o seu papel funcional na comunidade [...]. Consequentemente, o nicho ecológico de um organismo depende não apenas do sítio onde vive mas também daquilo que faz (como transforma energia, se comporta, responde ao seu ambiente físico e biótico e o modifica). [...] Por analogia, pode dizer-se que o *habitat* é a ‘morada’ do organismo e que o *nicho* é a sua ‘profissão’, biologicamente falando”; idem, p. 375.

8. Cf. Sérgio Buarque de Holanda (1971, p. 72).

9. Ver Maria Cristina Mineiro Scatamacchia (2005).

10. Ver Maria Cristina Mineiro Scatamacchia e Dorath P. Uchôa (1993).